



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34757703/2024-SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

Processo nº 08335.009347/2024-23

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 12 (doze) kits de vestimenta femininos equipados com coldres, porta-carregadores e porta-funcionais, a serem confeccionados conforme especificações constantes neste Termo de Referência, para uso e proteção individual para policiais do sexo feminino que ministrarão e participarão dos Cursos Femininos de Armamento e Tiro realizados pelo Serviço de Armamento e Tiro - SAT/DEOP/CGDE/DIREN-ANP/PF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Kits Femininos para CURSOS FEMININOS DE ARMAMENTO E TIRO - SAT 2024 contendo cada um deles:  - 01 short feminino na cor preta, - 01 faixa tática abdominal na cor preta, - 01 camisa regata feminina na cor preta, - 01 coldre inclinado de coxa na cor preta, - 01 coldre inclinado de canela na cor preta, - 01 porta carregador individual horizontal velado de cinto na cor preta; e - 01 sacola tipo mochila com fecho de cordão e alça em poliéster.		UND	12	R\$998,34	R\$ 11.980,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência replicados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM REFERÊNCIA
	short feminino na cor preta, em tecido (composição 92% poliamida e 8% elastano, gramatura 335 g/m2), tamanhos PP, P, M, G, GG A SER DEFINIDO OPORTUNAMENTE, contendo, na parte de trás (voltado para as costas do		

usuário) do short:

- 01 (um) coldre inclinado na cor preta para pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) confeccionado em neoplex (espessura 03 mm, base 100% látex, revestimento interno e externo 100% poliéster), elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %), forrado com tecido sintético impermeável (nylon 70 emborrachado, base 100% PVC revestido com tecido 100% poliamida), com acabamento em viés (largura 22 mm, 100% algodão), com aba externa ("lingueta/orelhinha") em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) para facilitar o coldreamento, com sistema ajustável e removível de retenção de arma confeccionado em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) e sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) para destra ou canhota a ser definido oportunamente no momento da entrega localizado na lateral posterior do cós; O coldre inclinado deverá ser costurado no short, sem outras aberturas que possam causar erro no local de acondicionar a arma e deverá conter uma "lingueta/orelhinha" com o mesmo material elástico da composição do coldre, com 3,3 cm de largura e 2 cm de altura, em dupla camada (conforme imagem); O coldre deverá conter uma retenção no mesmo tecido de elástico utilizado na confecção do coldre que realize a retenção do armamento por cima da placa de cobertura do ferrolho da arma, com sistema de fixadores e fechas (velcro) que permita a angulação no fechamento.

- 01 (um) porta carregador individual vertical externo na cor preta em elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130



%) localizado na lateral posterior do cós contrária ao coldre; O porta carregador deverá caber um carregador da pistola Glock 9mm, sem que o mesmo fique solto no porta carregador (6cm de largura por 10cm de altura, com 5cm de largura entre as costuras).

- 01 (um) porta funcional vertical dissimulado interno na cor preta para as carteiras funcionais da Policial Federal (carteiras com 7,5 cm de altura, 10 cm de largura e 0,6 cm de profundidade) em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) na parte posterior do cós contrária ao coldre;

Obs. o short deverá ter cós largo, com elástico interno 39 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura 80 g/ml) embutido na cintura, barra das pernas com elástico embutido ou silicone, para impedir que a barra enrole; todas as costuras do short devem ser reforçadas.

Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.

**faixa tática abdominal** na cor preta em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) e fecho com sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) contendo:

- 01 (um) coldre vertical na cor preta para pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) confeccionado em neoplex (espessura 03 mm, base 100% látex, revestimento interno e externo 100% poliéster), elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %), forrado com tecido sintético impermeável (nylon 70 emborrachado, base 100% PVC revestido com tecido 100% poliamida), com acabamento em viés (largura 22 mm, 100% algodão), com aba externa em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e

VISTA TRASEIRA



29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) para facilitar o coldreamento, com sistema ajustável e removível de retenção de arma confeccionado em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) e sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) para destra ou canhota a ser definido oportunamente no momento da entrega; O coldre inclinado deverá ser costurado na faixa, sem outras aberturas que possam causar erro no local de acondicionar a arma e deverá conter uma "lingueta" com o mesmo material elástico da composição do coldre, com 3,3 cm de largura e 2 cm de altura, em dupla camada; O coldre deverá conter uma retenção no mesmo tecido de elástico utilizado na confecção do coldre que realize a retenção do armamento por cima da placa de cobertura do ferrolho da arma, com sistema de fixadores e fechas (velcro) de permita a angulação no fechamento.

- 01 (um) porta carregador duplo vertical externo na cor preta em elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %) localizado na lateral oposta ao coldre;

- 01 (um) porta carregador individual vertical externo na cor preta em elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %) localizado logo após o coldre, ao lado oposto do punho da arma;

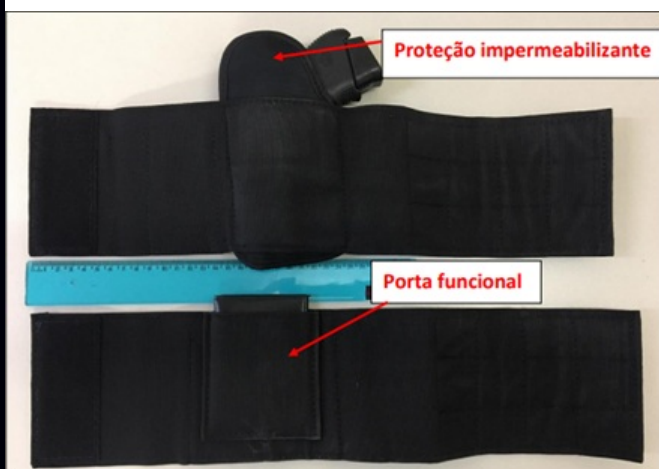
- 01 (um) porta carregador individual vertical externo na cor preta em elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %) localizado ao lado da mão de apoio para posição em que o coldre esteja centralizado no abdômen;

- 01 (um) porta funcional vertical dissimulado interno na cor preta em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura



VISTA GERAL – PARTE EXTERNA



VISTA GERAL – PARTE INTERNA





	<p>entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) para as carteiras funcionais da Policial Federal (7,5 cm de altura, 10 cm de largura e 0,6 cm de profundidade).</p> <p>Obs. a faixa deverá conter sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) de ajuste ao corpo tanto na parte anterior como posterior do corpo, com 18 cm de largura o sistema de fixadores e fechas (velcro) externo da faixa principal (em que o coldre é costurado), permitindo que a faixa seja ajustado para pessoas com diversos tamanhos de circunferência abdominal.</p> <p>Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.</p>		
3	<p><b>camiseta regata feminina</b> na cor preta, em tecido (composição 92% poliamida e 8% elastano, gramatura 335 g/m2 para toda a camiseta), tamanhos PP, P, M, G, GG a ser definido oportunamente no momento da entrega, contendo:</p> <p>- 01 (um) coldre vertical na cor preta estilo saque cruzado para pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) confeccionado em neoplex (espessura 03 mm, base 100% látex, revestimento interno e externo 100% poliéster), elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %), forrado com tecido sintético impermeável (nylon 70 emborrachado, base 100% PVC revestido com tecido 100% poliamida), com acabamento em viés (largura 22 mm, 100% algodão), com aba externa em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) para facilitar o coldreamento, com sistema ajustável e removível de retenção de arma confeccionado em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) e velcro (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) para destra ou canhota a ser definido oportunamente no momento da entrega; O coldre inclinado deverá ser costurado</p>	12	<div> <div>DETALHE DO COLDRE</div>  </div> <div> <div>DETALHE DA COSTURA LATERAL E PORTA CARREGADOR</div>  </div>

na camiseta, sem outras aberturas que possam causar erro no local de acondicionar a arma e deverá conter uma "lingueta" com o mesmo material elástico da composição do coldre, com 3,3 cm de largura e 2 cm de altura, em dupla camada; O coldre deverá conter uma retenção no mesmo tecido de elástico utilizado na confecção do coldre que realize a retenção do armamento por cima da placa de cobertura do ferrolho da arma, com velcro de permita a angulação no fechamento;

- 01 (um) porta funcional vertical dissimulado na cor preta em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) para as carteiras funcionais da Policial Federal (carteiras com 7,5 cm de altura, 10 cm de largura e 0,6 cm de profundidade), em lado oposto ao do coldre.

Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.

DETALHE DO COLDRE



**coldre inclinado de coxa** na cor preta internamente almofadado (almofada de 1,5 cm de espessura) para pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) confeccionado em neoplex (espessura 03 mm, base 100% látex, revestimento interno e externo 100% poliéster), elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %), forrado com tecido sintético impermeável (nylon 70 emborrachado, base 100% PVC revestido com tecido 100% poliamida), com acabamento em viés (largura 22 mm, 100% algodão), com aba externa em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) para facilitar o coldreamento, com sistema ajustável e removível de retenção de arma confeccionado em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) e velcro (100% poliamida,



<p>4</p>	<p>gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%), contendo 01 (um) porta funcional vertical dissimulado interno para as carteiras funcionais da Policial Federal e fita de fixação (100% polipropileno) ajustável e removível confeccionado em fita 40 mm (100% polipropileno) e velcro (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%), para destra ou canhota a ser definido oportunamente no momento da entrega; O coldre inclinado deverá ser costurado na faixa, sem outras aberturas que possam causar erro no local de acondicionar a arma e deverá conter uma "lingueta" com o mesmo material elástico da composição do coldre, com 3,3 cm de largura e 2 cm de altura, em dupla camada; O coldre deverá conter uma retenção no mesmo tecido de elástico utilizado na confecção do coldre que realize a retenção do armamento por cima da placa de cobertura do ferrolho da arma, com velcro de permita a angulação no fechamento;</p> <p>Obs. a faixa que suportar o coldre de coxa será em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) e deve conter velcros (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) de ajuste a coxa; o sistema de fixadores e fechas (velcro), no lado aveludado (argolas minúsculas que são encaixados os ganchos no sistema de fixadores), deve preencher toda a largura externa da faixa, permitindo o ajuste a diferentes tamanhos de coxas; O coldre inclinado de coxa deverá conter um sistema de retenção que evite que o mesmo deslize nas pernas durante a movimentação do usuário.</p> <p>Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.</p>	<p>12</p>	
	<p><b>coldre inclinado de canela</b> na cor preta internamente almofadado(almofada de 2 cm de espessura) para pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) confeccionado em neoplex (espessura 03 mm, base 100% látex, revestimento interno e</p>		

externo 100% poliéster), elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %), forrado com tecido sintético impermeável (nylon 70 emborrachado, base 100% PVC revestido com tecido 100% poliamida), com acabamento em viés (largura 22 mm, 100% algodão), com aba externa em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) para facilitar o coldreamento, com sistema ajustável e removível de retenção de arma confeccionado em elástico 35 mm (composição 71% poliéster e 29% elastodieno, gramatura entre 16,42 a 19,15 g/ml, alongamento entre 120 a 140 %) e sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%), para destra ou canhota a ser definido oportunamente no momento da entrega; O coldre inclinado deverá ser costurado na faixa de suporte, sem outras aberturas que possam causar erro no local de acondicionar a arma e deverá conter uma "lingueta/orelhinha" com o mesmo material elástico da composição do coldre, com 3,3 cm de largura e 2 cm de altura, em dupla camada; O coldre deverá conter uma retenção no mesmo tecido de elástico utilizado na confecção do coldre que realize a retenção do armamento por cima da placa de cobertura do ferrolho da arma, com sistema de fixadores e fechas (velcro) de permita a angulação no fechamento;

Obs. a faixa que suportar o coldre de canela será em elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %) e conter sistema de fixadores e fechas (velcro) (100% poliamida, gramatura entre 35,54 a 39,19 g/ml, alongamento 0%) de ajuste a canela.

Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.

#### PARTE INTERNA – DETALHE DO VELCRO






VISTA EXTERNA (COLDRE)



VISTA INTERNA





6	<p><b>porta carregador individual</b> horizontal velado de cinto na cor preta confeccionado em elástico 120 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 63,93 a 76,11 g/ml, alongamento entre 105 a 125 %) para carregadores de pistolas Glock 9 mm (nove milímetros) nos modelos G17/G19 ou elástico 100 mm (composição 75% poliéster e 25% elastodieno, gramatura entre 53,49 a 63,22 g/ml, alongamento entre 110 e 130 %) para o modelo G26, com fita de fixação 40 mm (100% polipropileno), a ser definido oportunamente no momento da entrega.</p> <p>OBS: Porta carregador deveria ficar preso ao cinto sem contato direto com o corpo.</p> <p>Obs. O material destina-se ao porte velado do armamento.</p>	12	
7	<p><b>sacola tipo mochila</b> com fecho de cordão e alça em poliéster, confeccionada em tecido Oxford (100% poliéster) na cor cinza clara, medindo aproximadamente 40 cm X 50 cm (quarenta por cinquenta centímetros), com logo colorido do SAT/ANP, com a escrita CURSO FEMININO DE ARMAMENTO E TIRO – SAT 2024 na cor cinza mais escura.</p> <p>Logo do SAT:</p> 	12	

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

#### Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema com antecedência mínima de 10 (dez) dias, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras de todos os itens quem compõem o kit.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Superintendência Regional de Polícia Federal/MS - *R. Fernando Luís Fernandes, 322 - Vila Sobrinho, Campo Grande - MS, 79110-503.*, no prazo limite de 10 (dez) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. **O resultado da análise das amostras serão divulgados no prazo de até 20 (vinte) dias, devido a complexidade dos exames a serem feitos conforme os critérios dispostos no item 4.9.**

#### 4.9. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS:

4.9.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1.1. Serão efetuados 50 saques por coldre;

4.9.1.2. Serão efetuados 50 disparos por coldre.

4.9.1.3. Serão efetuados 100 aberturas para os sistemas de fechamento de fixadores e fechas (velcro). Essa avaliação será destinada à faixa abdominal, ao coldre inclinado de coxa e ao coldre inclinado de canela;

4.9.1.4. Após os testes em estande, os materiais serão avaliados e atestados por dois servidores da Polícia Federal, sendo ao menos 01 (um) professor de armamento e tiro, nos seguintes aspectos:

- a) O calor da arma não deverá passar para o corpo do atiradora (teste sinestésico do atirador avaliador);
- b) O cano da arma não deve encostar no corpo do atiradora;
- c) O gatilho da arma deverá estar protegido quando a arma é coldreada (ou seja, se não há possibilidade do gatilho enroscar, prender ou outra possibilidade de ser acionado acidentalmente/incidentalmente);
- d) O ângulo de saque dos coldres deverá permitir que as armas sejam sacadas pelo atirador sem precisar de ajustes da empunhadura;
- e) Se existem dispositivos que facilitem o coldrear da arma, mesmo sem que a atiradora olhe para o coldre (ex. abas externas "orelhinha"/"lingueta");
- f) Se os coldres apresentam aba externa "orelhinha"/"lingueta" (conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar e ilustrado na primeira imagem do documento) e se as mesmas permanecem íntegras após a submissão dos testes (50 coldreamentos);
- g) Ao puxar a aba externa ("orelhinha"/"lingueta") do coldre para coldrear a arma a única abertura disponível deverá ser o espaço para inserir a arma, não podendo haver "espaços" não costurados ou aberturas que possam confundir a atiradora na hora de coldrear o armamento, devendo a atiradora ser capaz de coldrear a arma com segurança, mesmo sem olhar para o coldre;
- h) Os carregadores das armas devem ser sacados de seus respectivos porta carregadores adequadamente pela atiradora (conforme avaliação do professor avaliador). Além disso, não poderão ficar "soltos" no seu porta carregador (no caso de que a sua abertura seja muito maior que o carregador da arma);
- i) Uma funcional padrão PF (dimensões descritas no ETP) deve caber no porta funcional, sendo possível acondicioná-la e sacá-la sem dificuldade por parte do avaliador;
- j) Os sistemas de fixadores e fechas devem suportar a abertura e fechamento por mais de 100 (cem) vezes sem perder a sua capacidade de fixação; Essa avaliação será destinada à faixa abdominal, ao coldre inclinado de coxa e ao coldre inclinado de canela;
- k) Durante um deslocamento de 50m (caminhada em velocidade natural), o coldre inclinado de coxa deve ser capaz de reter a sua posição na coxa da atiradora, com o uso do armamento e mantendo o armamento no coldre;
- l) Durante um deslocamento de 50m (caminhada em velocidade natural), o coldre inclinado de canela deve ser capaz de reter a sua posição na canela com o uso dos armamentos e mantendo o armamento no coldre;
- m) Se a espessura da "almofada" do coldre inclinado de canela é suficiente para não machucar ou causar desconforto à atiradora durante um deslocamento de 50m (caminhada com deslocamento natural) teste sinestésico do atirador avaliador.
- n) Em todo os momentos, as armas devem permanecer firmes no coldre, próximo ao corpo, sem que o material do coldre comece a ceder e o cabo da arma se distancie do corpo da atiradora, bem como sem que a arma seja derrubada no chão por falta de firmeza do material dos kits.
- o) Durante os saques a retenção dos coldres deve se soltar e não atrapalhar o saque do armamento, mas os sistemas de fixadores da retenção não devem perder a sua capacidade de retenção quando a arma estiver coldreada;

p) Durante ou após os testes, nenhum dos itens podem perder a costura ou desfilar. Será avaliada a qualidade das costuras e das bordas do material;

q) Se há, no coldre inclinado de coxa, um sistema de retenção que evite que o próprio coldre deslize nas pernas durante a movimentação do usuário, devendo ser ajustável para se adequar a tamanhos diferentes de atiradoras (ex. se esses sistemas for um cinto prendendo a cintura, a sua altura e dimensão da cintura da atiradora devem ser ajustáveis).

r) O suor do corpo não pode ser transferido para a arma ou carregadores;

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.15. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. 1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento anexa a Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa única, ou em 30 (trinta dias) no caso de fornecimento em duas parcelas de iguais quantidades.

5.2. A ordem de fornecimento será produzida de acordo com o público alvo do curso a ser ministrado e constará neste documento as dimensões (tamanho, PP, P, M, G e GG) de cada kit a ser fornecido, bem como se a atiradora é destra ou canhota.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal/MS - R. *Fernando Luís Fernandes*, 322 - Vila Sobrinho, Campo Grande - MS, 79110-503..

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));[A1]

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Averiguar no ato da entrega do material se ele corresponde com o material adquirido (especificações, quantidade e qualidade) inclusive se são compatíveis com a amostra aprovada, antes de realizar o atesto para fins de pagamento.

**Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e tamanho do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta



seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. 1.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. 1.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos

causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quando à existência de sanção que impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[\[A2\]](#)

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[\[A3\]](#)

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.29. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Técnica

- 8.32. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 8.33. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
  - 8.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
    - 8.35.1.1. Pelomenos 16 % do quantitativo dos materiais a serem fornecidos podendo ser materiais similares ao objeto da contratação.
    - 8.35.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
  - 8.35.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
  - 8.35.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
  - 8.37. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
    - 8.37.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
    - 8.37.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
    - 8.37.3. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
    - 8.37.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
    - 8.37.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;
    - 8.37.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 9. 1. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 11.980,00 (onze mil novecentos e oitenta reais)**

#### 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([ART. 92, X, XI E XIV](#))

- 10.1. São obrigações do Contratante:
- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação na contratação direta;

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



11.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ( [art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### iv. Multa:

1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  2. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 30 % do valor do Contrato.
  2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 30 % do valor do Contrato.
  3. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20 % do valor do Contrato.
  4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10 % do valor do Contrato.
  5. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 15 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( [art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### 13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### 14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da

consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. **FORO (ART. 92, §1º)**

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Campo Grande/MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARNALDO MENDONCA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 27/11/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38619205&crc=34877B16](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38619205&crc=34877B16).

Código verificador: **38619205** e Código CRC: **34877B16**.